

EDITAL DE LICITAAO

CONCORRENCIA Não 001/2019

PROCESSO Não 001/2019

OBJETO: Concessao de Direito Real de Uso, sobre bem imovel, de propriedade do Município, pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período, mediante anuencia do Prefeito Municipal e observado com o interesse público, com a finalidade de incentivo e estímulo  instalao de empresa e geraao de emprego e renda, nos termos da lei não 719/2012, de 13 de novembro de 2012 e Decreto não 1172 de 22 de janeiro de 2013.

Os documentos que integram o presente **EDITAL** estão dispostos em 9 (nove) anexos, a saber:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

ANEXO III– MODELO DE PROCURAAO PARA CREDENCIAMENTO

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAAO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAAO

ANEXO V – MODELO DE DECLARAAO DE INEXISTENCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAAO

ANEXO VI – CADASTRO DA LICITANTE

ANEXO VII - TERMO DE CIENCIA E NOTIFICAAO

ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAAO DE QUE A PROPONENTE NÃO EMPREGA MENOR DE 18 (DEZOITO) ANOS.

ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO

Muito embora os documentos estejam agrupados em **ANEXOS** separados, todos eles se completam, sendo que a proponente deve para a apresentaao da **PROPOSTA** e **DOCUMENTOS DE HABILITAAO**, bem como dos demais **DOCUMENTOS**, ao se valer do **EDITAL**, inteirar-se de sua composiao, tomando conhecimento, assim, das



GUATAPAR

JUNTOS PELA MUDANÇA

condioes administrativas e tecnicas que nortearão o desenvolvimento da Concorrencia e a formalizaao **CONTRATUAL**.

I - PREAMBULO

1.1. A Prefeitura do Município de Guatapar, por meio do Gabinete do Prefeito, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitaao, na modalidade de CONCORRENCIA através de PROPOSTA MAIS VANTAJOSA, objetivando a concessão de direito real de uso de bens imóveis públicos municipais, a qual será regida pela Lei Federal não 8.666/93, Lei Municipal não 719/2012 e Decreto não 1172 de 22 de janeiro de 2013, demais Leis que regem a matéria, conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

1.2. O prazo final para recebimento e protocolo dos envelopes "DOCUMENTAAO" e "PROPOSTA", será até as **o9hoom do dia 11 de fevereiro de 2.019**, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Guatapar, sito  Rua dos Jasmins, não 296, centro.

1.3. A abertura do envelope não 01 "DOCUMENTAAO" terá início às **o9h3omin do dia 11 de fevereiro de 2.019**, no mesmo endereço acima mencionado.

1.4. O presente Edital poderá ser consultado e adquirido por meio eletrnico através do site da Prefeitura www.guatapara.sp.gov.br.

II - DO OBJETO DA LICITAAO

2.1. A presente CONCORRENCIA tem por objeto Concessão de Direito Real de Uso, sobre bem imóvel, de propriedade do Município, pelo prazo de 10(dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período, mediante anuência do Prefeito Municipal e observado com o interesse público, com a finalidade de incentivo e estímulo  instalaao de empresa e geraao de emprego e renda, nos termos da Lei não 719/2012, de 13 de novembro de 2012 e Decreto não 1172 de 22 de janeiro de 2013, sendo:

I – Area objeto da presente proposta de direito real de uso sobre bem imovel oferecida  de apenas 3.000 metros quadrados, pertencente a MATRICULA N 123.003, portanto o restante da área pertencente a matricula aqui aludida não faz parte da presente proposta de concessão: A matricula n 123.003 possui a seguinte descrio de rea: “Uma rea de terras urbana, designada como rea B, situada no Município de Guatapar, desta Comarca, com 16.065,62 metros quadrados, com a seguinte descrio: inicia no ponto 3, situado no vrtice divisório das propriedades da Fepasa – Ferrovia Paulista S/A, com a rea A, de propriedade da Prefeitura Municipal de Guatapar, daí segue em reta pelo alinhamento divisórios, por uma distância de 30,00 metros, até encontrar o ponto 4, situado no alinhamento predial do acesso projetado, daí deflete  direita e segue em reta pelo referido alinhamento por uma distância de 138,50 metros, até encontrar o ponto 5; daí deflete 90  esquerda e segue em reta pelo alinhamento divisório, por uma distância de 15,00 metros, até encontrar o ponto 1, daí deflete 90  direita e segue em reta pelo alinhamento divisório, por uma distância de 42,00 metros, até encontrar o ponto 6, daí deflete  direita e segue em reta pelo alinhamento divisório por uma distância de 126,50 metros, até encontrar o ponto 7, daí deflete  direita e segue em reta pelo alinhamento divisório por uma distância de 40,00 metros, até encontrar o ponto D, situado na divisa da rea A, de propriedade da Prefeitura Municipal de Guatapar e com as propriedades de Ueta Thoit e Victor Fava e outros, daí deflete  direita e segue em reta pelo alinhamento divisório, por uma distância de 46,28 metros, até encontrar o ponto B, daí deflete  esquerda e segue em reta pelo alinhamento divisório, por uma distância de 137,25 metros, até encontrar o ponto A, daí deflete  esquerda e segue em reta pelo alinhamento, por uma distância de 22,89 metros, até encontrar o ponto 3, origem desta descrio, confrontando do ponto 3 ao ponto 6, com a Fepasa – Ferrovia Paulista S/A, do ponto 6 ao ponto 7, com área de Firmino Denipoti, do ponto 7 ao ponto D, com propriedade de Ueta Thoit do ponto D (passando pelos pontos B e A) ao ponto 3 (inicial) com a rea A, de propriedade da Prefeitura Municipal de Guatapar, Cadastro na Prefeitura Municipal de Guatapar – SP, sob n 02.047.0002.000. PROPRIETÁRIA: Prefeitura Municipal de Guatapar, com sede na cidade de Guatapar-SP, na rua dos Jasmins n 296, inscrita no CNPJ n 68.319.748/0001-95. TÍTULO AQUISITIVO: R. 1/90.039, feito em 1 de dezembro de 1995.”

2.1.2. A concessão de direito real de uso será para o fim específico de ser construído e implantado no local o estabelecimento empresarial da vencedora do certame licitatório.

2.1.3. A concessão de direito real de uso do imovel está condicionada a requisitos objetivos que serão definidos no certame licitatório e que deverão ser mantidos durante todo o período que a vencedora do certame desenvolver suas atividades no imovel, sendo obrigatórios, como requisitos a serem indicados como proposta, as seguintes condioes:

2.1.3.1. Gerao de novos empregos, sendo no mínimo 70% de vagas preenchidas por moradores de Guatapar até os 12 (doze) primeiros meses de instalao;

2.1.3.2. Implantação de cursos profissionalizantes referente  sua área de atuação para formação de mão de obra local em ate 06 (seis) meses após o início das atividades;

2.1.3.3. Agreguem avanços tecnológicos ao processo produtivo, mantidos os empregos atuais;

2.1.3.4. Contribua para a descentralização espacial das atividades, através da sua implantação em áreas ou bairros onde elas sejam carentes;

2.1.3.5. Que preste relevante contribuição social;

2.1.3.6. Incio da implantação no prazo máximo de 03 (três) meses a partir da oficialização da concessão, prorrogáveis por mais 03 (três) meses, devendo ser concluída dentro do prazo de 12 (doze) meses, prorrogável por mais 06 (seis) meses, no máximo.

2.1.4. No imóvel objeto da concessão de direito real de uso, a vencedora do certame não poderá exercer atividades diversas das propostas em seu objeto social, nem transferir, ceder, locar, sublocar, ou alienar de qualquer forma os referidos imóveis.

2.1.5. A vencedora do certame terá o prazo de 90 (noventa) dias após a adjudicação da licitação para a apresentação do projeto definitivo e cronograma de construção, que serão analisados pela Prefeitura Municipal de Guatapar em ate 60 (sessenta) dias, e, após a aprovação, o contrato de concessão de direito real por uso deverá ser assinado em ate 5 (cinco) dias.

2.1.6. A vencedora do certame deverá concluir as eventuais obras no prazo de 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato de concessão.

2.1.7. O prazo da concessão  de 10 anos, prorrogáveis por igual período.

CAPITULO III - DA HABILITACAO

3.1 No envelope de não 01 (documentação), deverão constar os seguintes documentos:

PARA PESSOA FÍSICA

3.2.1. – Documentos de Habilitação

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e  Dvida ativa da União;
- b) Cópia RG e CPF;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual.
- d) Declarações constantes dos itens 3.1.3 do presente edital.

PARA PESSOA JURÍDICA

3.2.2 Da Habilitação Jurídica:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) Registro comercial, no caso de firma individual;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exerccio.

3.1.2 Da Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Certido negativa de debito para com as Fazendas Federal, Estadual, Municipal e Divida Ativa da Unio.
- c) Certificado de regularização do Fundo de Garantia por Tempo de Servio (FGTS);
- d) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, na sede do licitante.

3.1.3 Da Qualificação Econmica-Financeira:

- a) Balano patrimonial e demonstraoes contbeis do ultimo exerccio social.
- b) Certido Negativa de falncia, concordata e recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da comarca sede do proponente, com data de emisso igual ou inferior a 90 dias.
- c) Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a mesma no emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre e no emprega menor de dezesseis anos, de acordo com o que dispo o decreto no 4.358 de 05/09/02, conforme modelo em Anexo VIII.
- d) Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a empresa no foi considerada inidnea para contratar com a administração pblica.
- e) Declaração expressa de que se sujeitam as condioes do presente edital.

3.2 Os documentos constantes dos itens anteriores poderão ser apresentados através de cópia ou em original.

CAPITULO IV - DA PROPOSTA

4.1 Será vencedor o interessado que:

4.1.1 Oferecer o maior número de empregos iniciais, partindo de um mínimo de 07 (sete) empregados. Conforme Minuta de Proposta constante do Anexo II.

4.2. As propostas deverão obedecer, rigorosamente, os termos deste edital, não sendo consideradas as propostas que oferecerem serviços ou que fizerem referencia a proposta de outro proponente.

4.3 As propostas serão válidas por 120 (cento e vinte) dias, a contar do seu recebimento.

4.4 Não serão considerados os itens das propostas que contiverem entrelinhas, emendas, rasuras ou borrões, não ressalvados, e desde que não prejudiquem a interpretao da proposta.

4.5 Não serão admitidos cancelamentos, retificaes e alteraes, nas condies estabelecidas, uma vez abertas as propostas.

4.6 No caso de empate do número de empregos, será vencedora quem comprovar maior faturamento.

4.6.1 Prevalecendo empate, será vencedora quem, comprovadamente, tiver maior período de funcionamento.

CAPITULO V - DAS OBRIGACOES DA CONCESSIONARIA

5.1. As despesas decorrentes do consumo de energia elétrica, água, telefone, manuteno e limpeza da área física do imóvel e outras taxas que porventura possam incidir sobre o imóvel, serão por conta da empresa concessionária.

5.1.1 O Concessionário fica obrigado a apresentar o comprovante de pagamento das taxas quando for exigido pela Concedente.

5.2 A concessionária será responsável por perdas e danos causados a terceiros e ao patrimnio do cedente.

5.3 O concessionário deverá responsabilizar-se pela remunerao e pagamentos dos encargos sociais dos funcionários contratados.

CAPITULO VI - DOS DIREITOS DA CONCESSIONÁRIA

6.1 Ocupar o espaço físico do imovel objeto desta licitação, com a finalidade única de instalar empresa no ramo de atividade de montagem e instalação de maquinas e equipamentos para automação industrial.

6.1.2. As edificações e os acrescimos patrimoniais que ocorrerem no imovel e na área concedida, autorizadas pelo Município, desde que atendidas as disposições legais, finda a concessão, incorporar-se-o ao patrimnio do Município, sem direito a concessionária qualquer indenização

CAPITULO VII - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

7.1 São obrigações do concedente:

7.1.1 Disponibilizar o imovel a concessionária, devidamente livre e ddesimpedido.

CAPITULO VIII - DO JULGAMENTO

8.1 O julgamento será realizado pela Comissão de Licitação, levando em conta o atendimento obrigatório de todas as exigências constantes deste Edital e a melhor proposta ofertada.

8.2 Caberá também a Comissão de Licitação:

8.2.1 Receber os envelopes de documentação e Proposta na forma estabelecida neste Edital.

8.2.2 Proceder a abertura dos envelopes contendo a Documentação, que será rubricada por todos os presentes, folha por folha.

8.2.3 Examinar a documentação, nos termos deste Edital, rejeitando a apresentada de maneira deficiente ou incompleta. Neste caso, o envelope de não 02 - Proposta, fechado e rubricado por todos os presentes, será devolvido ao proponente, após examinados os prazos previstos no art. 105 da Lei no 8.666/983 e posteriores alterações.

8.2.4 Uma vez abertos os envelopes de documentação, após terem sido julgados habilitados ou rejeitados os proponentes, na mesma sessão publica, ou em sessão subsequente a ser designada, a Comissão de Licitação procedera a abertura dos envelopes contendo as propostas dos proponentes habilitados, determinado que sejam lidas e rubricadas pelos presentes. Os envelopes contendo as propostas dos concorrentes inabilitados permanecerão fechados e rubricados e serão devolvidos na forma do item 8.2.3 deste Edital.



8.2.5 Lavrar atas circunstanciadas das sessões da licitação, que serão assinadas pelos membros da Comissão de Licitações e por todos os licitantes presentes, independente de terem ou não sido julgados habilitados.

8.2.6 No termino dos seus trabalhos a Comissão de Licitações elaborara a ata final, concluindo, formal e explicitamente, o proponente vencedor, assim considerado aquele que tiver apresentado a proposta mais vantajosa para o Município, podendo ainda, quando julgar conveniente, propor a revogação ou a anulação da concorrência, justificando a proposição.

8.2.7 A comissão de Licitações, em qualquer fase da licitação, poderá promover diligência, visando esclarecer ou completar a instrução do processo.

8.3 Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, baseada nas ofertas dos demais licitantes.

CAPITULO IX - DOS RECURSOS

9.1 Em todas as fases da presente licitação serão observadas as normas previstas pelo art. 109, da Lei no 8.666/93.

CAPITULO X - DO PRAZO DA CONCESSÃO

10.1 A concessão de uso do bem imovel será feita pelo prazo de 10(dez) anos, a contar da data da assinatura do contrato, prorrogáveis por igual período.

CAPITULO XI - DO CONTRATO

11.1 Esgotados todos os prazos para recurso, a Administração poderá convocar o vencedor para celebrar o contrato com o Município.

11.2 No prazo do item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada.

11.3 Se dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e condições impostas ao 1o classificado, ou então, revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas pelo art. 86 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

CAPÍTULO XII - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 Ficara assegurado ao Prefeito Municipal ou pessoa por ele designada, o direito de fiscalização dos deveres da Concessionária.

CAPÍTULO XIII - DO INADIMPLEMENTO E DAS SANOES

13.1 Em caso de INADIMPLEMENTO do contrato, representado pelo descumprimento de quaisquer clausulas, a Administração poderá, garantida a previa defesa, aplicar as seguintes sanoes:

- a) Multa equivalente a 10% sobre o valor da nota de empenho;
- b) Advertência;
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de ate 2 anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Publica, na forma do art. 87, IV da Lei 8.666/93;
- f) Rescisão do contrato de concessão e desocupação imediata do imovel.

CAPITULO XIV - DAS DISPOSIOES GERAIS

14.1  assegurado a municipalidade, através de seus representantes, o direito de fiscalização sobre o cumprimento dos deveres da concessionária durante o prazo do contrato.

14.2 Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposioes do presente Edital.

14.3 Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação da documentação e propostas ou quaisquer outros documentos.

14.4 Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificaoes ou substituioes das propostas ou quaisquer outros documentos.

14.5 São terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamaoes ou recursos, assinar atas e os contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão de Licitaoes.

14.6 Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos a documentação não serão aceitos a licitação os participantes retardatários.

14.7 Em caso de termino ou rescisão do contrato, obriga-se a concessionária a desocupar imediatamente o imovel objeto desta licitação entregando o local nas mesmas condioes que o recebeu.



GUATAPAR

JUNTOS PELA MUDANÇA

14.8 A Concedente poderá considerar rescindido o contrato a qualquer tempo, no caso de descumprimento pela concessionária de qualquer clausula.

14.9 E proibida a Concessionária, sem previa e expressa autorização do Município transferir, ceder, locar ou sublocar o imóvel objeto da concessão.

14.10 As edificaes e os acréscimos patrimoniais que ocorrerem no imóvel e na área concedida, autorizadas ou não pelo Município, finda a concessão, incorporar-se-o ao patrimnio do Município, sem direito a concessionária qualquer indenização.

14.11 As desavenças oriundas do presente certame licitatório serão dirimidas pelo foro da comarca de Ribeirão Preto.

Guatapar, 09 de janeiro de 2019

JURACY COSTA DA SILVA
Prefeito Municipal

TRMO DE REFERÊNCIA

JUSTIFICATIVA:

A outorga da concessão de direito real de uso sobre bem imóvel, de propriedade do Município, se dará pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período, mediante anuência do Prefeito Municipal e observado o interesse público, com a finalidade de incentivo e estímulo  instalao de empresa e gerao de emprego e renda.

A empresa deverá obedecer rigorosamente a Legislao Municipal que rege a outorga, prescritas na Lei Municipal n 719/2012, de 13 de novembro de 2012 e Decreto n 1172 de 22 de janeiro de 2013, bem como o edital convocatório.

A empresa interessada em ser beneficiada pela concessão de área do município, deverá apresentar plano de negócios, projeto de implantao acompanhado das devidas licncias ambientais, e estudo de viabilidade econmica.

A empresa beneficiada por esta Lei ficará obrigada a iniciar a implantao no prazo máximo de 03 (três) meses a partir da oficializao da concessão, prorrogáveis por mais 03 (três) e a concluí-la dentro de 12 (doze) meses prorrogáveis por mais 06 (seis), no máximo.

O local abrigar atividades como de transporte municipal e intermunicipal com utilizao do pátio disponível, empresa de prestao de serviços em geral.

A regularizao formal da empresa a ser instalada no local  de exclusiva competência do cessionário.

O prazo para finalizar as instalaoes será de 12 (doze) meses.



GUATAPAR

JUNTOS PELA MUDANÇA

ANEXO II

PROPOSTA COMERCIAL


Prefeitura Municipal de Guatapar
A/C Comissão Municipal de Licitao

Prezado Senhores,

A empresa (ou pessoa física):
CNPJ não/CPF não:
Endereço:

Declara, que após analisar as condioes desta licitao, com as quais concorda, apresenta a proposta comercial, visando a concessão de incentivo industrial na forma de concessão de direito real de uso sobre imovel, nas seguintes condioes:

1. Número total de emprego _____ (_____), a serem gerados e mantidos com o empreendimento, sendo, para tanto, considerado o número de empregos formais (com carteira profissional de trabalho assinada).

A presente proposta  válida pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a apartir da data da abertura do envelope "proposta comercial".

Nome proponente
RG/CPF

ANEXO III

EDITAL DE CONCORRÊNCIA N 01/2019
MODELO DE PROCURAAO PARA CREDENCIAMENTO

Por este instrumento particular de Procuraao, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da matriz), inscrita no CNPJ/MF sob n.e Inscriao Estadual sob n., representada neste ato por seu(s) (qualificaao(es) do(s) outorgante(s)) Sr(a)....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n. e CPF n......, nomeia(m) e constitui(em) seu bastante Procurador o(a) Sr(a)....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n. e CPF n......, a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razo Social da Empresa) perante (indicaao do rgo licitante), **no que se referir a CONCORRNCIA N.01/2019** com poderes para tomar qualquer decisao durante todas as fases do certame, inclusive apresentar DECLARAAO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAAO, os envelopes PROPOSTA DE PREOS (N01) e DOCUMENTOS DE HABILITAAO (N 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a reduao de preo, desistir expressamente da intenao de interpor recurso administrativo ao final da sesso, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenao de interpor recurso administrativo ao final da sesso, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Comissão de Licitaao, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

Local e data.

Assinatura

Recomendaao: Na hipótese de apresentaao de procuraao por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade / competência do outorgante para constituir mandatrio.



GUATAPAR

JUNTOS PELA MUDANÇA

ANEXO IV

EDITAL CONCORRÊNCIA N 01/2019
MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS
REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Local e data

 (indicação do órgão licitante)
..... (indicação da Cidade e Estado)
REF. CONCORRÊNCIA N. 01/2019

Ilma Comissão de Licitação,

Pela presente, declaro(amos) que, nos termos do art. 4, VII, da Lei n. 10.520 / 2002, a empresa(indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para a CONCORRÊNCIA N.01/2019 cujo objeto  Concessão de Direito Real de Uso, sobre bem imóvel, de propriedade do Município, pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período, mediante anuência do Prefeito Municipal e observado com o interesse público, com a finalidade de incentivo e estímulo  instalação de empresa e geração de emprego e renda, nos termos da lei n 719/2012, de 13 de novembro de 2012 e Decreto n 1172 de 22 de janeiro de 2013.

....., de de 2019

.....
assinatura do representante legal



GUATAPAR

JUNTOS PELA MUDANÇA

ANEXO V

MODELO DE DECLARAAO DE INEXISTENCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAAO


Prefeitura Municipal de Guatapar
CONCORRENCIA Não **/*****

Assunto: (objeto da licitaao).

_____ nome completo), representante legal da
empresa _____ (nome da pessoa jurídica), CNPJ Não _____,
sediada (endereço completo), declara, sob as penas da lei, que ate a presente data inexistem
fatos impeditivos para sua habilitaao no presente processo licitatorio, ciente da
obrigatoriedade de declarar ocorrencias posteriores.

_____, ____ de _____ de _____
(carimbo da empresa, nome e cargo do proponente)

OBS: Este documento devera ser redigido em papel timbrado da licitante.

ANEXO VI

CADASTRO DA LICITANTE

Dados da empresa:

Nome da empresa:
Endereço comercial:
CNPJ:
Inscrio Estadual:
Número do NIRE não: data do registro:
Telefone atual:
E-mail:

Dados do responsável pela assinatura contrato:

Nome:
RG:
CPF:

Dados Sócio da empresa (no caso de vários sócios identificar apenas um):

Nome:
RG:
CPF:
Endereço residencial:

Obs1 : O anexo VI deve ser obrigatoriamente encaminhado com antecedência  data de realizao do certame para o e-mail: licitacao2@guatapara.com.br ou apresentado no ato do credenciamento.

Obs2 : As empresas que já possuem cadastro atualizado no município ficam isentas desta exigência.

ANEXO VII

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE:

CONTRATADO:

CONTRATO N (DE ORIGEM):

OBJETO:

ADVOGADO (S) / N OAB:

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrnico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrnico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução n 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrnico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar n 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrnico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____



GUATAPAR

JUNTOS PELA MUDANÇA

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

RG:

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo

E-mail institucional

E-mail pessoal:

Telefone (s):

Assinatura:

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

RG:

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo:

E-mail institucional:

E-mail pessoal:

Telefone (s):

Assinatura:

Pela CONTRATADA:

Nome:

Cargo:

CPF:

RG:

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo:

E-mail institucional:

E-mail pessoal:

Telefone (s):

Assinatura:



GUATAPAR

JUNTOS PELA MUDANÇA

ANEXO VIII

MODELO "A": EMPREGADOR PESSOA JURIDICA

DECLARAAO

Processo não 001/2019
Concorrencia Publica não 01/2019

....., inscrito no CNPJ não....., por intermedio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que nao emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nao emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condiçao de aprendiz () .

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observaao: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO IX

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR E
A EMPRESA

Pelo presente instrumento, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR, neste ato representada por sua Prefeita Municipal, brasileira, portadora do RG N e do CPF N, residente e domiciliado nesta cidade de Guatapar  – Guatapar SP, doravante denominado CONTRATANTE e do outro lado, a empresa, firma estabelecida , inscrita no CNPJ/MF sob o N e Inscrição Estadual N, representada neste ato por, portador do CPF N,, residente e domiciliado , doravante denominada CONCESSIONÁRIA, diante da Licitação tornada a efeito na modalidade de concorrência 00/2018, tem por justo e acordado o presente Contrato de Concessão, respeitando a Lei 719/2012 bem como o Decreto 1172/2013 e pelas clausulas e condições que seguem

DO OBJETO: CLAUSULA PRIMEIRA - O Município de Guatapar, na qualidade de Concedente, faz concessão a empresa - Concessionária, para o uso de 3.000 metros quadrados da área, conforme segue: I – Area objeto da presente proposta de direito real de uso sobre bem imóvel oferecida  de apenas 3.000 metros quadrados, pertencente a MATRÍCULA N 123.003, portanto o restante da área pertencente a matrícula aqui aludida não faz parte da presente proposta de concessão: A matrícula não 123.003 possui a seguinte descrição de rea: “Uma rea de terras urbana, designada como rea B, situada no Município de Guatapar, desta Comarca, com 16.065,62 metros quadrados, com a seguinte descrição: inicia no ponto 3, situado no vrtice divisório das propriedades da Fepasa – Ferrovia Paulista S/A, com a rea A, de propriedade da Prefeitura Municipal de Guatapar, daí segue em reta pelo alinhamento divisórios, por uma distância de 30,00 metros, até encontrar o ponto 4, situado no alinhamento predial do acesso projetado, daí deflete  direita e segue em reta pelo referido alinhamento por uma distância de 138,50 metros, até encontrar o ponto 5; daí deflete 90  esquerda e segue em reta pelo alinhamento divisório, por uma distância de 15,00 metros, até encontrar o ponto 1, daí deflete 90  direita e segue em reta pelo alinhamento divisório, por uma distância de 42,00 metros, até encontrar o ponto 6, daí deflete  direita e segue em reta pelo alinhamento divisório por uma distância de 126,50 metros, até encontrar o ponto 7, daí deflete  direita e segue em reta pelo alinhamento divisório por uma distância de 40,00 metros, até encontrar o ponto D, situado na divisa da rea A, de propriedade da Prefeitura Municipal de Guatapar e com as propriedades de Ueta



Thoit e Victor Fava e outros, dai deflete à direita e segue em reta pelo alinhamento divisório, por uma distância de 46,28 metros, até encontrar o ponto B, daí deflete à esquerda e segue em reta pelo alinhamento divisório, por uma distância de 137,25 metros, até encontrar o ponto A, daí deflete à esquerda e segue em reta pelo alinhamento, por uma distância de 22,89 metros, até encontrar o ponto 3, origem desta descrição, confrontando do ponto 3 ao ponto 6, com a Fepasa – Ferrovias Paulista S/A, do ponto 6 ao ponto 7, com área de Firmino Denipoti, do ponto 7 ao ponto D, com propriedade de Ueta Thoit do ponto D (passando pelos pontos B e A) ao ponto 3 (inicial) com a Área A, de propriedade da Prefeitura Municipal de Guatapar, Cadastro na Prefeitura Municipal de Guatapar – SP, sob nº 02.047.0002.000. PROPRIETÁRIA: Prefeitura Municipal de Guatapar, com sede na cidade de Guatapar-SP, na rua dos Jasmins nº 296, inscrita no CNPJ nº 68.319.748/0001-95. TÍTULO AQUISITIVO: R. 1/90.039, feito em 1º de dezembro de 1995.”

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

CLAUSULA SEGUNDA - O prazo da presente concessão  de 10 (dez) anos, prorrogáveis por igual período a contar da data da assinatura do presente contrato.

OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA:

CLAUSULA TERCEIRA - A Concessionária obriga-se: - a pagar as taxas de água, energia elétrica e telefone, manutenção e limpeza da área física do imóvel e outras taxas que porventura possam incidir sobre o imóvel;

- a apresentar o comprovante de pagamento das taxas quando for exigido pela Concedente;
- apresentar plano de negócios, projeto de implantação acompanhado das devidas licenças ambientais, e estudo de viabilidade econmica.
- iniciar a implantação no prazo máximo de 03 (três) meses a partir da oficialização da concessão, prorrogáveis por mais 03 (três) e a concluí-la dentro de 12 (doze) meses prorrogáveis por mais 06 (seis), no máximo.
- a responsabilizar-se pela remuneração e pagamento dos encargos sociais dos funcionários contratados;
- a responsabilizar-se por perdas e danos causados a terceiros e ao patrimnio do cedente.

OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE:

CLAUSULA QUARTA - São obrigações da concedente:

- disponibilizar o imóvel a concessionária devidamente livre e desimpedido.

DOS DIREITOS E OBRIGAOES DA CONCESSIONÁRIA

CLAUSULA QUINTA:

- utilizar o imovel com finalidade diversa ao constante no termo de referencia.
- proceder a instalação da empresa respeitando a legislação intrınseca ao ramo de atividade pertinente.

DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

CLAUSULA SEXTA - E assegurado a Prefeita Municipal ou pessoa por ela designar, o direito de fiscalização dos deveres da Concessionária, bem como, do pessoal e servios contratados.

Paragrafo Primeiro: Fica expressamente vedada a utilização do imovel objeto da presente concessão de uso diversa de sua finalidade, em especial para atividades amorais, politico-partidarias ou religiosas, bem como transferir, ceder, locar ou sublocar o imovel objeto da concessão, sem previa e expressa autorização do concedente.

Paragrafo Segundo: Ao final da concessão, o imovel retornará ao Municıpio, com todas as suas benfeitorias.

Paragrafo Terceiro: Caso o Concessionário tiver a intenção de realizar melhoramentos e benfeitorias, este deverá pedir autorização por escrito a Administração.

CLAUSULA SETIMA - Em caso de termino do presente contrato, ou por ser rescindido, obriga-se a Concessionária a desocupar imediatamente o imovel objeto desse contrato, entregando ao Concedente em perfeitas condioes, independente de aviso previo Judicial ou extra judicial.

Paragrafo Primeiro: A Concedente poderá considerar rescindido o contrato a qualquer tempo, no caso de descumprimento pela concessionária de qualquer clausula.

Paragrafo Segundo: O não cumprimento integral, inclusive nas datas aprezadas, implicara na faculdade de rescisão contratual, ou independentemente de notificação ou interpelação sujeitando o infrator, ao ressarcimento das perdas ou danos causados.

DA RESCISO:

CLAUSULA OITAVA - Considerar-se- rescindido o contrato de concessão, independentemente de ato especial, retornando o imovel ao outorgante concedente, nos seguintes casos:

I - se ao imovel, no todo ou em parte, vier a ser dada utilização diversa da que lhe foi destinada;

II - se ocorrer inadimplemento de clausula contratual;

III - se o outorgado concessionario renunciar a concessao, deixar de exercer as suas atividades especificas ou se extinguir;

IV - por interesse publico.

V – deixar de construir no espaco concedido, no prazo de 12 (doze) meses.

Paragrafo unico: O caso de rescisao pelos motivos expressos nos incisos I e III e V, a retomada ocorrera sem que assista ao outorgado concessionario o direito a qualquer indenização pelas benfeitorias realizadas, a que tıtulo for.

CLAUSULA NONA - O Concedente podera considerar rescindido o presente contrato independente de seu termino, no caso de descumprimento pela Concessionaria de qualquer clausula contratual conforme disposto no art. 79, inciso I, e art. 80, ambos da lei no 8.666/93, sem prejuızo da aplicação de sanoes administrativas na forma do art. 87 e seus incisos da mesma lei.

CLAUSULA DECIMA - Todos os melhoramentos e benfeitorias de qualquer especie realizadas pela Concessionaria no imovel objeto desta concessao, serao incorporados ao patrimonio Publico Municipal, sem direito a indenização.

DAS PENALIDADES:

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração podera, garantida a defesa previa, aplicar ao contratado, as sanoes abaixo relacionadas, previstas na Lei no 8.666/93:

I - advertencia;

II - multa;

III - suspensao temporaria de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo nao superior a 02 (dois) anos,

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Publica;



Parágrafo Primeiro: Essas penalidades serão aplicadas a critério da Administrao Municipal e, sempre que aplicadas, serão devidamente registradas.

Parágrafo Segundo: Serão aplicadas as penalidades:

I - quando houver recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Administrao;

II - quando houver descumprimento das normas estabelecidas na Lei no 8.666/93 ou de normas legais ou regulamentares pertinentes.

Parágrafo Terceiro: A advertência por escrito será aplicada independentemente de outras sanoes cabíveis, sempre que se verificarem pequenas irregularidades (inciso II).

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA - As multas previstas nos itens anteriores não impedem que a Administrao rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanoes previstas na lei.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situaoes que se enquadrem no conceito jurídico de forca maior ou caso fortuito.

DO FORO:

CLAUSULA DECIMA QUARTA - Fica eleito o Foro da cidade de Ribeirão Preto - SP, para dirimir quaisquer questoes referentes ao presente Contrato.

E por estarem certos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma juntamente com as testemunhas abaixo.

Guatapar, dede 2019

Contratante

Contratada